



UFV

Universidade
Federal de
Viçosa

DMT - Termo de Referência e Anexos

Processo nº 23114.913820/2021-14

Interessado: **Serviço de Material - Campus UFV Rio Paranaíba**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº 077/2021

Processo Administrativo n.º 23114.913820/2021-14

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de tubos PVC, cabos elétricos, conexões hidráulicas e outros itens para manutenção das áreas internas e externas da UFV Campus Rio Paranaíba conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I - Das especificações.

1.2. ATENÇÃO: Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I - Das especificações, prevalece a deste último.

1.3. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. As aquisições, objeto desse Termo, estão em estrita consonância com os programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e manutenção da funcionalidade da Universidade Federal de Viçosa. Os órgãos requisitantes e as justificativas para cada aquisição encontram-se nas solicitações que são parte desse processo.

2.3. A contratação, objeto deste termo, justifica-se pela necessidade de manutenção de atividades, realização de análises e práticas laboratoriais, com o objetivo de proporcionar ensino, pesquisa e extensão aos alunos da Universidade Federal de Viçosa - Campus UFV.

2.4. Os itens pretendidos para esta contratação encontram-se no Plano Anual de Contratações para o ano de 2021. Trata-se material essencial para a realização de análises e aulas práticas nos diversos edifícios situados no campus Viçosa.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

3.1.1. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

3.1.2. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

3.1.3. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** a empresa deverá apresentar os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. As aquisições, objeto desse Termo, são de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 dias corridos, contados após retirada/recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no **almoxarifado Central do Campus da UFV em Rio Paranaíba - MG, Rodovia MG 230, km 8 - s/nº - Zona Rural - CEP.: 38.810-000.**

5.2. O frete, carga e a descarga correrão por conta da contratada.

5.3. Todos os bens deverão atender rigorosamente às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da Administração, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição imediata.

5.4. Os bens deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela UFV.

5.5. As entregas devem ser realizadas em dias úteis, no período de 08:00 às 16:00, em horário corrido, impreterivelmente.

5.6. O recebimento e aceitação dos materiais e equipamentos obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e as normas e condições descritas abaixo:

5.6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinte) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

5.9. Quanto ao prazo de validade do insumo na data da entrega:

5.9.1. Os insumos com validade INFERIOR a 12 meses: deverão ser entregues com no mínimo 80% da sua validade;

5.9.2. Os insumos com validade INFERIOR ou IGUAL a 24 meses: deverão ser entregues com no mínimo 75% da sua validade;

5.9.3. Os insumos com validade SUPERIOR a 24 meses: deverão ser entregues com no mínimo 60 % da sua validade.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução

do objeto do contrato.

11.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor da parcela inadimplida, por dia de atraso de sua execução, até o limite de 20 dias.

12.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em receber/retirar a Nota de Empenho.

12.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação aqui pactuada, observado o princípio da proporcionalidade.

12.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.7. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

12.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1. O valor estimado para esta aquisição é de R\$ 36.320,81 (Trinta e seis mil, trezentos e vinte reais e oitenta e um centavos).

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação desta contratação são oriundos da fonte 810000000 e estão consignados no Plano de Trabalho da UFV para o ano de 2021, PTRES 170363, mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 339030 - Material de Consumo.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Edna Valdirene de Freitas Fernandes

Serviço de Material

ANEXO I - Das Especificações

ITEM	SERPRO	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL) (R\$)
1	239153	M	100	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERDE, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 6 MM2, BITOLA CONDUTOR 6 MM2, COM 01 FIO.	440,74
2	226937	RL	20	FITA ISOLANTE, PVC AUTO EXTINGUÍVEL, RESISTÊNCIA A TENSÃO ATÉ 750V, COR PRETA, CLASSE TEMPERATURA 90°, ESPESSURA 0,15 MM PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE 19 MM LARGURA X 20 METROS COMPRIMENTO.	120,20

3	150197	UD	20	CONECTOR DERIVAÇÃO conector de Derivação de Alumínio Tipo Prensa Cabo, Bitola 1", Para Cabos de Diâmetro de 22,5 a 25 MM Entrega no Campus Rio Paranaíba.	14,60
4	240099	M	100	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TEMPERATURA 70°C, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 16 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 MM2, COR VERMELHA, QUANTIDADE FIOS 1 .	1.531,09
5	233110	UD	20	TORNEIRA DE LATÃO, TIPO JARDIM, CROMADA, 1/2", COM ADAPTADOR PARA MANGUEIRA.	408,80
6	340303	UD	5	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, 2 POLOS, TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO 220 A 240 / 380 VCA, CORRENTE NOMINAL 32 A, CAPACIDADE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5 - 10 KA, NBR 60947, CURVA DE DISPARO C .	138,60
7	239152	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR AZUL, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 6 MM2, BITOLA CONDUTOR 6 MM2, COM 01 FIO.	775,48
8	150165	UD	5	REFLETOR Refletor led, bivolt, 200w, branco frio, à prova d'água. Entrega no Campus UFV de Rio Paranaíba.	647,05
9	239107	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 10 MM2, BITOLA CONDUTOR 10 MM2, QUANT. FIOS 1 .	1.378,00
10	316892	RL	5	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, MATERIAL BÁSICO BORRACHA, RESISTÊNCIA A TENSÃO ATÉ 69.000 V, COR PRETA, COMPRIMENTO 20 M, RIGIDEZ DIELETRICA 31,5 KV/MM, AUTOFUSÃO-	72,55
11	254384	M	100	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TEMPERATURA 70°C, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 16 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 MM2, COR PRETA, QUANTIDADE FIOS 1 .	999,80
12	250571	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL E BITOLA CONDUTOR 6 MM², EM 1 FIO.	770,44
13	239157	M	100	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO	729,50

				ISOLAMENTO 750 V, COR VERDE, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 10 MM2, BITOLA CONDUTOR 10 MM2, QUANT. FIOS 1.	
14	282278	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750V, COR AZUL, BITOLA CONDUTOR 2,5MM2, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELÉTRICA.	301,70
15	243944	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMP. 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 4 MM2, BITOLA CONDUTOR 4 MM2, QUANTIDADE DE FIOS 01	540,66
16	237829	M	100	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMP. 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERDE, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 4 MM2, BITOLA CONDUTOR 4 MM2, QUANTIDADE DE FIOS 01.	212,57
17	237830	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMP. 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR AZUL, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 4 MM2, BITOLA CONDUTOR 4 MM2, QUANTIDADE DE FIOS 01.	459,68
18	394260	M	100	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR AZUL, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, BITOLA 16 MM2.	1.027,83
19	239156	UD	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR AZUL, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 10 MM2, BITOLA CONDUTOR 10 MM2, QUANT. FIOS 1 .	1.221,64
20	216954	M³	15	AREIA, TIPO LAVADA, GRANUMETRIA MÉDIA - CAMPUS RIO PARANAÍBA	1.635,00
21	216957	M³	15	BRITA Nº 1 - CAMPUS RIO PARANAÍBA	1.095,90
22	214730	UD	10	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, USO HIDRÁULICO, COR MARROM, DIÂMETRO NOMINAL 20MM, COMPRIMENTO 6M, COMPRIMENTO BOLSA 32MM, ESPESSURA PAREDES 1,50MM ,PRESSÃO 7,50 KGF/CM2. - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	198,30
23	214731	UD	10	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, USO HIDRÁULICO, COR MARROM, DIÂMETRO NOMINAL 25MM, COMPRIMENTO 6M, COMPRIMENTO BOLSA 32MM, ESPESSURA PAREDE 1,70MM, PRESSÃO 7,50 KGF/CM2 A 20° C - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	206,40

24	233972	UD	10	TUBO DE PVC, DIÂMETRO NOMINAL 100MM, COMPRIMENTO 6 M, ESGOTO - CAMPUS RIO PARANAÍBA .	525,80
25	271684	UD	50	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, COR BRANCA, DIÂMETRO NOMINAL 150 MM, COMPRIMENTO 6 M, TIPO LEVE, MATERIAL PVC RÍGIDO - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	8.352,50
26	238151	UD	10	UBO DE PVC SOLDÁVEL COR BRANCA DIÂMETRO NOMINAL 200MM, COMPRIMENTO 6 M, TIPO LEVE, PVC RÍGIDO, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO. - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	5.166,00
27	233981	UD	10	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, PVC, SOLDÁVEL, BITOLA 32 MM, REDE HIDRAULICA E ESGOTO - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	20,30
28	233983	UD	10	CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL PVC, TIPO JOELHO 90°, TIPO FIXAÇÃO SOLDÁVEL, BITOLA 50 MM - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	48,00
29	255085	UD	15	CONEXÃO HIDRÁULICA, EM PVC, COM BUCHA DE LATÃO, TIPO JOELHO 90° , FIXAÇÃO SOLDÁVEL E ROSCÁVEL, BITOLA 1/2", REDE DE ÁGUA FRIA - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	62,25
30	253656	UD	20	CONEXÃO HIDRÁULICA, EM PVC, COM BUCHA DE LATÃO, TIPO JOELHO 90° , FIXAÇÃO SOLDÁVEL E ROSCÁVEL, BITOLA 3/4" - CAMPUS RIO PARANAÍBA.	94,00
31	250565	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL E BITOLA CONDUTOR 10 MM², EM 1 FIO.- CAMPUS RIO PARANAÍBA.	1.446,66
32	243945	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL E BITOLA CONDUTOR 2.5 MM², EM 1 FIO.- CAMPUS RIO PARANAÍBA.	422,62
33	233982	UD	10	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO JOELHO 90°, PVC SOLDÁVEL, REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, BITOLA 40 MM	27,80
34	250086	UD	20	SIFÃO, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR BRANCA, TIPO VERTICAL, CORPO FLEXÍVEL, HASTE REGULÁVEL, DIÂMETRO ENTRADA 1 1/2 POL, DIÂMETRO DE SAÍDA 40 MM, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA.	489,40
35	418906	M	300	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, MATERIAL CONDUTOR ALUMÍNIO, MATERIAL ISOLAMENTO XLPE, TENSÃO	2.094,00

				ISOLAMENTO 0,6/1 KV, CLASSE DE ENCORDAMENTO 2, DESIGNAÇÃO USUAL TRIPLEX, REDE AÉREA BAIXA TENSÃO, 2 CONDUTORES FASE + 1 CONDUTOR NEUTRO, BITOLA 35MM ² ,	
36	41920	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL DE COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMP. 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR PRETO, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM ² , BITOLA CONDUTOR 2,5 MM ² , QUANTIDADE DE FIOS 01.	389,12
37	375102	UD	10	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNC TERMOMAGNÉTICO, Nº PÓLOS 1, CORRENTE NOM 16A, CAPAC INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 5-10KA, NORMAS TÊC ABNT NBR IEC 60947-2, TENSÃO NOM 220-240V, REF 06374(LEGRAND), CURVA DE DISPARO B, BRANCA, FIXAÇÃO POR TRILHO DIN 35 MM.	538,98
38	35424	UD	20	CONJUNTO TOMADA, TIPO 2P+T, AMPERAGEM 10A, 250V, FORMATO 4"X2", COR BRANCA, PADRÃO BRASILEIRO, COM PLACA E SUPORTE DE PARAFUSOS PARA ALINHAMENTO.	185,73
39	435944	UD	10	TORNEIRA, MATERIAL CORPO AÇO INOXIDÁVEL, TIPO ALAVANCA, DIÂMETRO 1/2 POL, ABERTURA/FECHAMENTO MOVIMENTO LATERAL DO COTOVELO, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA CLÍNICO/HOSPITALAR.	204,40
40	348021	UD	30	TORNEIRA, MATERIAL CORPO PVC, TIPO CURTA, DIÂMETRO 1/2 POL, APLICAÇÃO JARDIM.	105,30
41	263082	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 °C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERMELHA, BITOLA CONDUTOR 6 MM ² , QUANTIDADE FIOS 1, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELÉTRICA.	655,10
42	237828	M	200	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70°C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 4 MM ² , BITOLA CONDUTOR 4 MM ² , COM 01 FIO.	566,32

Ordenador de Despesas	Solicitação(ões) Constantes neste Processo:	<u>X</u> Aprovado	<input type="checkbox"/> Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	<u>X</u> Aprovado	<input type="checkbox"/> Reprovado
	Termo de Referência:	<u>X</u> Aprovado	<input type="checkbox"/> Reprovado

Assinaturas Requeridas:

1. Responsável pela elaboração do Documento 2. Ordenador de Despesas.
--



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ADRIANE ALVES RUAS**, **Diretor Geral do Campus Rio Paranaíba**, em 02/09/2021, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDNA VALDIRENE DE FREITAS**, **Chefe de Serviço**, em 02/09/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0523704** e o código CRC **79818551**.

Referência: Processo nº 23114.913820/2021-14

SEI nº 0523704